

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GAVIÃO

Ata N.º 4/2018

Pelas 21 horas, do dia 12 de setembro de 2018, no salão nobre dos paços do concelho, reuniu em sessão ordinária a assembleia municipal, contando com as seguintes presenças: Paulo Manuel Alfaiate Pires, Isabel Maria Dias Martins, Maria Hermínia da Conceição Louro, Júlio Manuel Espadinha Churro Catarino, Mónica Mota Marques, Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês, Daniel Manuel de Oliveira Tomás, Paulo Jorge Serra dos Santos, Paulo José E. Vitoriano de Matos, Ana Paula Almeida Guerreiro Pio, Sílvia Tibúrcio da Palma, Carlos Manuel de Matos Alexandre, José Manuel Praia Neves, Martina Marcelino de Jesus, Ana Rita Delgado Valério e Abílio Flores Mendes. -----

Registou-se a ausência do deputado municipal António José Teixeira Gueifão Estevinha, por motivos profissionais, que solicitou a respetiva substituição, bem como que a sua falta fosse considerada justificada. -----

Colocado o pedido à consideração da assembleia, a falta foi considerada justificada. O deputado foi substituído por Ana Luisa Marques Carias. -----

Não compareceu também a deputada municipal Helena Sofia Porfírio Domingos Tapadas de Matos, que não requereu a substituição, nem justificou a ausência. -----

Compareceu o senhor presidente da câmara, José Fernando da Silva Pio e assistiram os senhores vereadores António Manuel Gomes Severino, Graciosa Espadinha Chambel e Jorge Marques dos Santos. -----

O senhor presidente da mesa da assembleia, Paulo Manuel Alfaiate Pires, cumprimentou todos os presentes e declarou aberta a sessão. -----

Antes de iniciar a ordem de trabalhos, e nos termos do artigo 50.º do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a pedido do senhor presidente da



câmara, propôs a inclusão de três novos pontos na ordem de trabalhos. Assim, os novos pontos passariam a ter a seguinte redação: -----

PONTO NOVE = apreciação e eventual aprovação da proposta final do Código Regulamentar do Município de Gavião; -----

PONTO DEZ = apreciação e eventual aprovação da proposta de delimitação de Área de Reabilitação Urbana para a Vila de Gavião; --

PONTO ONZE = apreciação e eventual aprovação da proposta de pagamento integral das refeições dos alunos do ensino Pré-escolar e do 1.º Ciclo que frequentem o Agrupamento de Escolas de Gavião;

O anterior ponto nove - Diversos, passaria a ser o ponto doze. -----

A assembleia municipal deliberou, por maioria, aprovar a inclusão dos pontos nove e dez, com os votos contra dos deputados municipais Carlos Arês e Paulo Matos. -----

Deliberou ainda, por unanimidade, aprovar a inclusão do ponto onze. ----

O senhor deputado Carlos Arês apresentou declaração de voto, justificando o voto favorável na inclusão do ponto onze porque o ano letivo está prestes a começar e este é um assunto importante. Relativamente aos outros assuntos, ele e o deputado Paulo Matos, votaram contra porque a urgência de inclusão dos assuntos tem que ser justificada e a respetiva documentação só foi enviada nesta data. Tratam-se de documentos complexos, com 300 páginas, que requerem uma análise cuidada. A urgência não é evidente. Os documentos têm data de cinco de setembro, forma remetidos outros documentos pelo staff da assembleia e estes também poderiam ter sido remetidos. -----

O senhor presidente da assembleia salientou que a inclusão destes assuntos foi solicitada pelo senhor presidente da câmara e ele não coloca em causa a urgência da aprovação. Se fosse possível, os documentos teriam sido remetidos mais cedo. Concordou que se tratavam de documentos extensos, mas o senhor presidente da câmara estava disponível para prestar todos os esclarecimentos necessários. -----



Por conterem matéria com carácter de urgência foram submetidos para eventual aprovação em minuta os conteúdos que integram os **pontos 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11 da ordem de trabalhos**. -----

Ainda antes de iniciar a ordem de trabalhos, o senhor presidente da assembleia informou que foi recebida a seguinte correspondência: -----

- Convite do Orfeão da Comenda “Estrela da Planície” para a noite de fados a realizar no dia 6 de outubro; -----

- Convite do Agrupamento de Escolas de Gavião para a abertura do ano letivo no dia 14 de setembro, às 09H30M. Informou que a assembleia municipal será representada pela segunda secretária Hermínia Louro; ---

- Email do deputado Paulo Matos, acerca de uma situação de limpeza de uma vala. Pediu ao senhor presidente da câmara para prestar esclarecimentos sobre o assunto; -----

- Ofício do senhor Ministro da Administração Interna relativamente à transferência de competências para as autarquias locais. Salientou que, oportunamente, a assembleia municipal terá de se pronunciar. Pediu ao senhor presidente da câmara que preste os esclarecimentos possíveis, bem como o ponto de situação deste processo. Trata-se de um assunto muito importante para o concelho, pelo que sugeriu que se realize uma sessão extraordinária, tendo este assunto como ponto único. -----

De seguida apresentou os assuntos que selecionou das atas das reuniões do executivo municipal realizadas nos meses de junho, julho e agosto de 2018. -----

Na ata da reunião realizada em **4 de julho de 2018**, destacou o apoio concedido à associação AMIZADE – Amigos de Atalaia e Ferraria, no valor de 11.350,00€. Questionou a que se destinava o referido apoio. Salientou também a tomada de conhecimento do ofício remetido pelo Secretário de Estado da Administração Local, solicitando uma resposta não vinculativa sobre a possibilidade da Câmara Municipal de Gavião assumir a gestão do Castelo de Belver, estabelecendo que a ausência de resposta seria dada como consentimento à transferência de competências. -----



Na ata da reunião realizada em **17 de julho de 2018**, salientou a aprovação do projeto de beneficiação do Cineteatro Francisco Ventura, em Gavião. -----

Informou que nas restantes atas remetidas pela câmara municipal, apesar de conterem assuntos importantes para o concelho não identificou outras questões que necessitassem de esclarecimentos ou destaque. Referiu que na última sessão da assembleia municipal foi referida pelo senhor presidente da câmara a criação de uma equipa de sapadores, para os concelhos de Gavião e Nisa. Foi também salientada a inclusão do Município de Gavião num projeto de transporte a pedido. Solicitou que o senhor presidente preste esclarecimentos sobre ambas as questões. -----

De seguida, o senhor presidente da assembleia deu a palavra aos deputados municipais. -----

O senhor deputado Carlos Arês interveio para referir que esteve ausente em uma série de sessões e sabe que a sua ausência causou algum incómodo. Considerou que o agendamento de sessões para um horário laboral impossibilita a presença dos deputados nas sessões. Reconhece que há uma poupança porque não há necessidade de pagar horas extraordinárias aos trabalhadores municipais, para darem apoio à assembleia, mas as sessões deveriam ocorrer num horário que facilitasse a participação dos deputados ou aos fins-de-semana. Soube que surgiu a ideia de solicitar parecer jurídico acerca da formalidade de justificação das ausências, por se considerar insuficiente a invocação de motivos pessoais, mas a lei não exige mais do que essa justificação. Em todas as suas ausências invocou motivos profissionais e apenas na última sessão a sua ausência se deveu a motivos pessoais. O deputado vem às sessões, se pode, e compete ao eleitorado avaliar a prestação dos deputados municipais. Considerou que expor a vida pessoal de qualquer deputado, para justificar a ausência do mesmo, seria prestar um mau serviço à democracia. Tal como é agendar as sessões para horários laborais. -----

O senhor presidente da assembleia pediu ao deputado para abreviar a sua intervenção. -----



O deputado, lamentou a observação, uma vez que este órgão não tem um regimento bem estruturado que estabeleça um limite na intervenção dos grupos municipais. -----

O senhor presidente da assembleia lembrou que a coligação PSD/CDS não constituiu grupo municipal. -----

O senhor deputado lembrou ainda que pediu sempre a justificação da sua ausência nas sessões e nunca recebeu qualquer resposta ao seu pedido. O senhor presidente da assembleia escusou-se a mais comentários e deu a palavra ao senhor presidente da câmara para prestar os esclarecimentos que entendesse sobre as questões por si colocadas. -----

O senhor presidente da câmara começou por pedir autorização para voltar um pouco atrás. O documento do Código Regulamentar já veio à assembleia, foi publicado em Diário da República e esteve em consulta pública. As constantes ausências nas sessões dificultam a perceção dos assuntos. As deslocações a Gavião acontecem, mas a horas tardias. Percebe que aceitem a inclusão do assunto da gratuidade das refeições escolares, porque é um assunto que causa muito impacto na opinião dos munícipes. Relativamente à ARU, se tivessem lido o preâmbulo do documento, teriam percebido a urgência do assunto. Quanto à opinião do deputado sobre o regimento, salientou que o mesmo foi aprovado pela maioria dos deputados e tem permitido o bom funcionamento do órgão. --

Relativamente à questão da vala, levantada pelo deputado Paulo Matos, informou que a câmara municipal também recebeu uma carta sobre o assunto. Deslocou-se ao local e verificou que os trabalhos que eram da responsabilidade da câmara já foram executados. Percebe o descontentamento da proprietária, mas a casa foi construída em leito de cheia e a câmara municipal não consegue controlar os detritos que outros munícipes ali depositam. -----

Quanto ao assunto da descentralização, assegurou que a câmara municipal estará disponível para aceitar as competências, sempre que considere que consegue fazer melhor do que o que está a ser feito. Lembrou que a transferência de competências em matéria de educação já



existe e é um exemplo de sucesso. Obviamente que a assembleia municipal será sempre ouvida e todos os deputados se poderão pronunciar. Se for considerado oportuno será agendada sessão extraordinária sobre o assunto. -----

Relativamente à transferência financeira para a associação Amizade, informou que a antiga escola primária de Atalaia, onde funciona a sede da associação, é propriedade municipal. O referido imóvel precisava de obras urgentes. Salientou que anteriormente foram concedidos apoios semelhantes a outras associações do concelho. O valor concedido foi fundamentado pelo orçamento apresentado. -----

A propósito da transferência do Castelo de Belver, afirmou que considera esta mudança benéfica, porque atualmente o município é responsável pela manutenção do monumento e pela colocação de um trabalhador e não recebe qualquer compensação financeira. -----

Quanto à equipa de sapadores florestais intermunicipal, sabe que há pessoas do concelho de Gavião que foram aprovadas no concurso, mas ainda não está disponível a lista final dos elementos a contratar. -----

Quanto à reabilitação do Cineteatro Francisco Ventura, informou que o projeto foi candidatado ao programa BEM – Beneficiação de Edifícios Municipais. Pretende-se melhorar o palco, o pavimento e o equipamento de projeção. A candidatura poderá ir até 300 mil euros, mas o projeto do Município de Gavião assume um valor de cerca de 220 mil euros, financiados em 85%. -----

Relativamente ao projeto de transporte a pedido, passou a palavra ao senhor vice-presidente. -----

O senhor vice-presidente cumprimentou todos os presentes e esclareceu que se trata de um projeto piloto da CCDRALentejo que está a ser implementado no Baixo Alentejo, Alentejo Litoral e Alto Alentejo. O nosso concelho foi escolhido para implementar o projeto no Alto Alentejo. Haverá uma plataforma onde os taxistas e as IPSS se poderão registar. Quando houver pedidos dos munícipes, a equipa faz a articulação para operacionalizar o circuito pelos vários pontos do concelho, sem custos



para os utilizadores. Afirmou que este projeto já existe em outros locais do país e tem sucesso. -----

O senhor deputado Carlos Arês pediu a palavra para defesa da honra e afirmou que o senhor presidente da assembleia é responsável por dirigir os trabalhos. Salientou que não admite que se façam comentários acerca das suas deslocações a Gavião. O horário em que as mesmas ocorrem é uma questão pessoal e não admite que seja apreciada na assembleia. –

O senhor presidente da câmara salientou que não se tratam de ofensas pessoais. Considerou que quando o deputado não conhece o assunto, não deve pronunciar-se. -----

PONTO UM = Apreciação e eventual aprovação da ata da sessão anterior; -----

O senhor presidente da assembleia colocou a votação a ata da sessão anterior, que foi previamente remetida a todos os membros, dispensando-se a sua leitura. -----

O senhor deputado Paulo Matos interveio para salientar que, ao contrário do que fez na sessão anterior, remeteu por email o pedido de correções a efetuar na ata. -----

O senhor presidente da assembleia leu o referido email. Tratando-se de documento extenso, será dado como aqui transcrito, ficando uma cópia do mesmo arquivada em anexo à presente ata. -----

Colocada a ata a votação, foi a mesma aprovada com as abstenções dos deputados Carlos Arês e Ana Luisa Carias, por não terem estado presentes na reunião anterior e também com a do deputado Paulo Matos com os fundamentos constantes no email atrás referido. -----

PONTO DOIS = Informação sobre a atividade do município e a situação financeira do mesmo - alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

A senhora segunda-secretária leu o relatório de atividades, entregue pelo senhor presidente da câmara. -----

De seguida, o senhor presidente da câmara apresentou o resumo diário de tesouraria relativo ao dia 11 de setembro de 2018, que apresentava um



saldo de 584.415,51€ (Operações Orçamentais – 494.050,33€ e Operações de Tesouraria – 90.365,18€). -----

Salientou que a situação financeira do município é estável e controlada. Os valores apresentados não refletem o FEF. Informou que já foi divulgado o valor a atribuir para apoio às obras decorrentes dos incêndios de 2017. Já terminou a obra do Passadiço do Alamal, mas o município não foi ressarcido de qualquer valor. A obra do Observatório de Avifauna do Outeiro foi adjudicada à empresa “TOSCA” e vai iniciar-se em breve. Informou ainda que a substituição de sinalização, danificada pelos incêndios, também já foi executada e paga. -----

PONTO TRÊS = Fixação da Participação Variável de IRS a aplicar aos rendimentos de 2019 (n.º 1 e 2 do art.º 26.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro e alínea e) do n.º 1, d art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

A câmara municipal propôs a aplicação da taxa de 5% de redução (máximo possível), fixando a participação do município em 0%, devolvendo aos munícipes os 5% de IRS que lhe caberiam. -----

Colocado a votação, foi aprovado por unanimidade. -----

O senhor presidente da câmara informou que esta medida terá um impacto de cerca de 80 mil euros. -----

PONTO QUATRO = Deliberação sobre as taxas do IMI a praticar em 2019 (artigo 112.º do Código do I.M.I. aprovado pelo Dec. Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro e alínea d) n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; -----

Foi proposta, pela câmara municipal, a aplicação da taxa de IMI de 0,3% - prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, bem como a majoração de 30% do imposto, nos prédios degradados e o triplo do valor para os prédios considerados em ruína. -----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO CINCO = Apreciação e eventual aprovação da proposta de não aplicação da derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, a cobrar em 2019; -----



Colocada a votação, a assembleia municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de não aplicação de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, a cobrar em 2019. -----

PONTO SEIS = Apreciação e eventual autorização prévia, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, da assunção de compromissos plurianuais; -----

- Acordo/parceria para garantir o funcionamento das Atividades de Animação e Apoio à Família no Agrupamento de Escolas de Gavião, a contratar com a “APEGAV – Associação de Pais e Encarregados de Educação do Concelho de Gavião”. Despesa prevista para 2018 – 13.100,00€ e 2019 – 26.000,00€. Aprovado por unanimidade. -----

A primeira-secretária Isabel Martins não participou na discussão, nem na votação deste assunto, tendo-se ausentado da sala, por estar impedida, nos termos do disposto no artigo 69º, do CPA e no nº6, do artigo 55º do anexo I da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.-----

- Programa Ocupação Municipal Temporária de Jovens, para decorrer de outubro de 2018 a abril de 2019. Despesa prevista para 2018 – 7.999,95€ e para 2018 – 10.000,05€. Aprovado por unanimidade. -----

- Contratação de Pessoal Docente para as AEC – Técnico Superior destinado ao ensino de Inglês, durante o ano letivo 2018/2019. Despesa prevista para 2018 – 1.369,10€ e para 2019 – 3.204,39€. Aprovado por unanimidade. -----

O senhor deputado municipal Paulo Matos questionou se em anos anteriores não foram contratados outros recursos, matemática por exemplo. -----

O senhor presidente da assembleia informou que nunca foi contratado docente de matemática, porque se trata de uma área curricular. Salientou ainda que há sempre a preocupação de rentabilizar os recursos do agrupamento de escolas e do município e as atividades de música e educação física ficam assim asseguradas. Apenas para inglês não se conseguiu assegurar a disponibilidade de um docente. -----



- **Refeições escolares para alunos do Pré-escolar de Vale de Gaviões**, a contratar ao Centro Social de Margem. Despesa prevista para 2018 – 1.580,42€ e 2019 – 3.203,25€. Aprovado por unanimidade. -----

O senhor deputado municipal José Praia Neves não participou na discussão, nem na votação deste assunto, tendo-se ausentado da sala, por estar impedido, nos termos do disposto no artigo 69º, do CPA e no nº6, do artigo 55º do anexo I da Lei nº75/2013, de 12 de setembro. -----

- **Refeições escolares para alunos do Pré-escolar da Comenda**, a contratar à Santa Casa da Misericórdia de Gavião. Despesa prevista para 2018 – 1.598,81€ e 2019 – 3.240,84€. Aprovado por unanimidade. -----

- **Refeições escolares para alunos 1.º Ciclo da Comenda**, a contratar à Santa Casa da Misericórdia de Gavião. Despesa prevista para 2018 – 2.554,59€ e 2019 – 5.178,23€. Aprovado por unanimidade. -----

- **Transporte de alunos para o Pré-escolar e 1.º Ciclo de Comenda**, a contratar à Santa Casa da Misericórdia de Gavião. Despesa prevista para 2018 – 678,51€ e 2019 – 1.375,35€. Aprovado por unanimidade. -----

- **Aquisição de serviços de utilização de plataforma de faturação eletrónica**, a contratar a “SAPHETY LEVEL – TRUSTED, S.A”. Despesa prevista para 2018 - 4.243,50 €, 2019 - 1.258,29 €, 2020 - 1.047,22 € e 2021 - 888,92 €. Aprovado por unanimidade. -----

- **Aquisição de serviços de utilização de plataforma (Pack Eficiência)**, a contratar a “SAPHETY LEVEL – TRUSTED, S.A”. Despesa prevista para 2018 - 5.308,50 €, 2019 - 1.107,00 € e 2020 - 1.107,00 €. Aprovado por unanimidade. -----

- **Aquisição de serviços de consultoria técnica por 18 meses**, a contratar a “SMART VISION”. Despesa prevista para 2018 - 2.632,70 €, 2019 - 15.796,23 € e 2020 - 5.265,41 €. Aprovado por unanimidade. -----

- **Aquisição de serviços do ROC para certificação legal de contas por 36 meses**, a contratar a “Fátima Pereira & Carlos Duarte, SROC”. Despesa prevista para 2018 - 8.142,60 €, 2019 - 8.142,60 € e 2020 - 8.142,60 €. Aprovado por unanimidade. -----



O senhor deputado Paulo Matos questionou se é a mesma empresa que tinha sido contratada anteriormente. -----

O senhor presidente da câmara informou que não é a mesma empresa, porque a legislação obriga a fazer uma consulta de mercado e esta empresa foi a que apresentou o preço mais baixo. -----

- Aquisição de licenças de software e plataforma SIGGA, a contratar a ESRI Portugal – Sistemas de Informação Geográfica, S.A.. despesa prevista para 2018 – 2.394,40€, 2019 - 2.394,40€ e 20120 – 2.394,40€. Aprovado por unanimidade. -----

- Protocolo de colaboração técnica, científica e financeira para a salvaguarda e valorização do património da Diocese de Portalegre – Castelo Branco, a contratar com a Diocese de Portalegre – Castelo Branco. Despesa prevista para 2018 – 3.000,00€, 2019 – 3.000,00€ e 2020 – 3.000,00€. Aprovado por unanimidade. -----

O senhor deputado Paulo Matos solicitou esclarecimentos sobre este assunto. -----

O senhor presidente da câmara informou que se trata de um protocolo que está a ser estabelecido com todos os municípios da diocese. O objetivo é inventariar os bens materiais e imateriais, criando circuitos que permitam a observação destas obras de arte sacra. -----

PONTO SETE = Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Abertura de Procedimento Concursal (docente de Inglês para as AEC); -----

O senhor Presidente da Câmara prestou os esclarecimentos solicitados a propósito da Proposta de Contratação em Regime de Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo Certo, a Tempo Parcial, de 1 lugar para Docente de Inglês no âmbito do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular do 1.º CEB. -----

Colocado a votação, foi aprovado por unanimidade, autorizar a abertura do procedimento concursal; -----

PONTO OITO = Apreciação e eventual aprovação da 4.ª Revisão ao Orçamento 2018 e GOP; -----



O senhor Presidente da Câmara fundamentou e apresentou os valores da 4.ª REVISÃO ao Orçamento 2018 no valor de 1.000,00€ e GOP no valor de 1.000,00€. -----

Depois de apresentados os documentos e prestados todos os esclarecimentos solicitados, os documentos foram colocados a votação, tendo sido aprovados por unanimidade. -----

O senhor presidente da câmara esclareceu que a presente revisão tem como fundamento a oportunidade de candidatura ao financiamento de um percurso pedestre que fará a ligação do PR1 ao PR2. Será denominado PR8 – “Rota das Sirgas”. Terá 6 pontes, passadiços e caminhos de terra, numa extensão de 8 ,5 Km. -----

PONTO NOVE = Apreciação e eventual aprovação da proposta final do Código Regulamentar do Município de Gavião; -----

O senhor presidente da câmara esclareceu que se trata de um documento muito técnico que regulamenta o funcionamento dos serviços municipais. É fundamental para o funcionamento dos mesmos, por isso se justifica a urgência na aprovação deste documento. Depois de ser aprovado pelo executivo, esteve em consulta pública, sem que se registasse qualquer participação. -----

O senhor deputado Carlos Arês sublinhou que já tinha tecido comentários sobre a inclusão deste assunto na ordem de trabalhos. Salientou que a revisão orçamental e outros assuntos foram aprovados pelo executivo em 5 de setembro e foram remetidos previamente aos deputados. Não percebe porque é que este assunto não foi e por isso votará contra. -----

A Assembleia Municipal de Gavião deliberou, por maioria, com os votos contra dos deputados municipais Carlos Arês e Paulo Matos e as abstenções dos deputados Abílio Mendes e Paulo Serras, aprovar a proposta final do Código Regulamentar do Município de Gavião. -----

PONTO DEZ= Apreciação e eventual aprovação da proposta de delimitação de Área de Reabilitação Urbana para a Vila de Gavião; --

O senhor presidente da câmara começou por salientar que não tem qualquer interesse em ocultar o que quer que seja dos deputados



municipais, houve condicionantes internas que resultaram no atraso no envio dos documentos. Lembrou que a CDU não tem nenhum eleito no executivo municipal, mas a coligação PSD/CDS tem e podiam ter solicitado esclarecimentos ao vereador da coligação. Os argumentos apresentados são vazios e incongruentes. -----

Salientou que a ARU foi um documento elaborado em tempo record e possibilitará as candidaturas dos projetos: Reabilitação da Rua 23 de Novembro, Reabilitação do Antigo Seminário e da Casa do João Ascensão, Piscina Municipal Descoberta e outras obras importantes para o concelho. Serão todas obras para realizar em Gavião, porque as ARU apenas podem ser implementadas nas sedes de concelho. A ARU tem prevista a isenção de taxas municipais, IMT e de IMI, benefícios no IRS, o acompanhamento dos técnicos da DOSU e a comparticipação das obras em 6%. Trata-se de um documento elaborado nos termos da lei em vigor que vai dar grandes possibilidades à reabilitação de imóveis degradados. Após a aprovação da ARU, haverá apenas dois anos para serem concretizadas as obras. -----

O senhor deputado municipal Paulo Matos, frisou que não teve tempo para analisar o documento, mas fez uma leitura transversal e tem algumas dúvidas. Questionou se o perímetro urbano identificado é em toda a vila. Afirmou que o PDM é volátil, porque faz algumas exceções. Por exemplo, o edificado da Fonte Nova não está incluído, tal como a Quinta da Côca, a zona da Fonte da Mina ou a dos lavadouros. Mas a área do Sobreiro Doce, que não tem qualquer edificado, está incluída. O Loteamento do Calvário foi incluído e é uma zona nova. Questionou se o objetivo é beneficiar estas construções, que são novas. -----

O senhor presidente da câmara sublinhou que o PDM não é aleatório. A inclusão do Loteamento do Calvário é inócua, porque são casas novas. Salientou que há muitas casas a precisar de reabilitação e, apesar dos incentivos, os proprietários não têm condições para o fazerem. Evidenciou que os locais referidos pelo senhor deputado estão fora da área do PDM.



Pretendendo-se que a CCDR aprove a ARU, a área terá de coincidir com o PDM. -----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com as abstenções dos deputados Carlos Arês e Paulo Matos, por considerarem que não tiveram tempo para analisar a documentação. -----

PONTO ONZE = Apreciação e eventual aprovação da proposta de pagamento integral das refeições dos alunos do Ensino Pré-escolar e do 1.º Ciclo, que frequentem o Agrupamento de Escolas de Gavião;

O senhor Presidente da Câmara apresentou o assunto e prestou os esclarecimentos necessários. Colocado a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DOZE = Diversos. -----

O senhor deputado Paulo Matos pediu a palavra para enaltecer os eventos culturais que decorreram no concelho, salientando que todos tiveram muita qualidade. -----

Informou que teve conhecimento que as instalações sanitárias do Alamal nem sempre estão limpas e sugeriu que fosse cobrado um valor de 0,50€ para assegurar a limpeza. -----

Elogiou o apoio prestado pelo senhor chefe da DOSU, Eng.º Firmino Espadinha, na recolha de resíduos de obra realizada na sua propriedade. Salientou que estava com dificuldade em resolver o assunto porque nem sequer conseguia contactar a VALNOR. Sugeriu que se faça um reparo à empresa, no sentido de facilitar a deposição dos resíduos. -----

O senhor presidente da câmara informou que constantemente se pressiona a empresa, nesse sentido. -----

Relativamente à limpeza do Alamal, informou que houve um reforço de recursos humanos, para tentar melhorar a situação. Afirmou que não concorda com a pagamento pela utilização das instalações sanitárias, mas talvez se a utilização do espaço do campismo fosse pago, esse dinheiro pudesse servir para financiar a manutenção das instalações. Considerou que o ideal seria construir uma ETAR, porque o Alamal é cada vez mais procurado pelos turistas, tanto no campismo, como no River Club, no bar



ou apenas na praia. Mas há muitas condicionantes impostas relacionadas com questões ambientais. -----

O senhor deputado Paulo Serras questionou o motivo pelo qual ainda não foram colocadas lombas na Comenda. Teve conhecimento que o senhor presidente da câmara, no período de campanha eleitoral, disse que só não estavam colocadas porque o presidente da junta não queria. Mas já passou quase um ano de mandato do atual presidente de junta e as referidas lombas continuam por colocar. Salientou que na freguesia de Margem as lombas já foram colocadas. -----

O senhor presidente da câmara informou que as lombas já estão compradas e quando for oportuno serão colocadas pela junta. Sublinhou que, na sua opinião, as lombas não são a solução mais adequada. O mais fácil seria que todos cumprissem os limites de velocidade. -----

O senhor deputado Paulo Serras disse ainda que a sinalização vertical também faz falta. -----

O senhor deputado Abílio Mendes afirmou que não sabe de quem é a competência para colocar a sinalização, mas não percebe porque razão algumas ruas estreitas têm um limite de velocidade superior ao das ruas mais largas. -----

O senhor presidente da câmara esclareceu que a locação da sinalização é uma responsabilidade da câmara municipal. A sinalização colocada recentemente foi definida por acordo entre a junta de freguesia, a GNR e a câmara municipal. Mas sempre que se identifiquem situações em que seja considerado importante alterar, deverá ser proposta a alteração para que seja apreciado pelas entidades referidas. -----

O senhor presidente da União das Freguesias de Gavião e Atalaia, Germano Porfírio, questionou de quem é a responsabilidade pela retirada da propaganda política, uma vez que verificou que ainda há cartazes da coligação PSD/CDS por retirar. -----

Aproveitou também para felicitar o executivo pela intenção de criar um novo percurso pedestre e salientou o valor patrimonial da "sirga". -----

O senhor presidente da câmara informou que a responsabilidade de retirar a propaganda cabe à entidade que a colocou. -----

O senhor deputado Paulo Matos afirmou que, desde há alguns anos, as juntas de freguesia retiram a propaganda que tenha ficado esquecida. É uma tradição política de boa vontade! -----

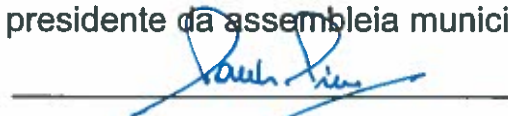
A senhora presidente da junta de Freguesia de Belver, Martina de Jesus, afirmou que não retirou nem vai retirar a propaganda. Cada partido deve ser responsável por essa tarefa. Considerou que se trata de um incumprimento e deveriam ser aplicadas coimas. -----

Para finalizar, o senhor presidente da câmara prestou alguns esclarecimentos sobre o sistema de fornecimento águas em baixa. Afirmou que o paradigma vai ser alterado existindo três cenários possíveis: a privatização, a semi-privatização e a gestão da CIMAA - Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo. A CIMAA está a fazer um esforço para criar uma empresa multimunicipal com a participação dos municípios que a integrem. Os municípios de Elvas e Campo Maior, neste momento, não podem integrar porque têm este serviço contratado a uma empresa privada. Informou que a ERSAR define que os gastos de água nunca podem ser superiores ao que é pago pelo consumidor e essa imposição poderá levar a um aumento nas tarifas. Na CIMAA já foi aberto concurso para a contratação de um técnico para estudar o assunto e os municípios já visitaram uma empresa multimunicipal do Médio Tejo, que é considerada projeto-piloto. Trata-se de um assunto importante para o concelho e para conseguir o financiamento de obras de renovação da rede em baixa, o município terá de aderir ao sistema multimunicipal. Salientou que este tema poderá levar à necessidade de ser agendada uma sessão extraordinária da assembleia municipal. -----

Não havendo intervenções do público, o senhor presidente da mesa da assembleia municipal agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, eram vinte e quatro horas, pelo que, de tudo para constar, se lavrou a presente ata, cuja minuta foi aprovada por unanimidade no final da sessão e que vai ser assinada pelo presidente e

por mim Isabel Maria Dias Martins, primeira secretária, que a redigi e também subscrevo. -----

O presidente da assembleia municipal



(Paulo Manuel Alfaiate Pires)

A primeira-secretária



(Isabel Maria Dias Martins)

Exmos senhores,

Face à ata enviada hoje, indico os seguintes dois reparos:

Página 9 – A intervenção do exmo. Sr. Presidente do Município de Gavião, José Pio, antes do ponto 2, não representa fielmente a sua intervenção, nem o seu tom de linguagem.

A intervenção foi, e passo a Citar

*O sr. Paulo Matos, faltou ao respeito aos deputados, não diz o que ou quem teve houve situações indignas. Não o admito, que diga quem teve assim neste órgão. Recomendo que não se envolva em situações ou risos sínicos de quem vai contra as suas ideias. Não sou de ameaças físicas, mas tenha atenção ao que faz. Mas de alguma forma, já estou habituado, ao argumento da falta de gravação áudio, que você considera ser o supra sumo do que é reflexo de uma ata. Não disse quem você achou indigno. **Que todos os deputados tenham a mesma dignidade que você não tem.***

Página 11/12/13 – A intervenção do exmo. Sr. Presidente do Município de Gavião, José Pio, antes do ponto 2, não representa fielmente a sua intervenção, nem o seu tom de linguagem.

A intervenção foi, e passo a Citar

• mercado municipal de Gavião já tem muitos anos. O que nos pretendemos é que na parte de frescos ou congelados haja melhores condições de higiene. Eu pessoalmente gostaria que fosse a obra fosse feita por Carrilho da Graça, com o qual até já falei.

*• Em relação aos dois primeiros pontos de abstenção do Paulo Matos, queria explicar o porque das suas abstenções. Há elogios pelo Instituto Politécnico de Portalegre pelo facto dos projetos educativos que ocorrem em gavião. Gostaria de dizer ao sr. Deputado absteve-se por algo que não sabe, pois os nossos alunos estão muito à frente do distrito. Este trabalho, está muito à frente agradecidos ao trabalho do vereador António e vereadora Graciosa. Estamos a falar sobre candidaturas que ganhamos e temos os recursos pagos. O Instituto Politécnico de Portalegre diz mesmo que tem inveja da escola de Gavião. Até os alunos do pré-escolar, tem acesso à informática. O sr Paulo Matos vota contra! O Sr. não tem conhecimento nenhum do que se passa no concelho. Já estou habituado ao facto de você não sabe estar. Infelizmente não sabe o que se passa. **Porque é que não faz como os outros e não ponha cá os pés.** O sr. não tem influencia nenhuma na defesa do concelho de Gavião.*

Em relação à sua re-calendarização das GOPs. Falo em relação à Galp Power, e à endesa. Passar o valor excedentário para 2019. Depois quando fazemos toda a análise de todos os compromissos, vemos as obras não iniciadas, e o dinheiro está lá e não se pode usar e temos de alterar. Onde vamos usar? Sobretudo na próxima alteração orçamental, onde vamos por o dinheiro que é necessário para o parque infantil, e limpezas. Outro exemplo, a rua 23 de Novembro, onde o projeto ainda está em fase de conclusão, pelo que só lá para Janeiro é que inicia. E depois temos sempre de lidar com os esclarecimentos do tribunal de contas. Outra obra que não vai ter execução este ano é o Vale Salgueiro.

Nada mais a acrescentar.

Os melhores cumprimentos

Paulo José Matos